



ARTIGO DE REVISÃO

Reforma psiquiátrica antimanicomial: valorização dos sujeitos e tratamento em liberdade

Anti-asylum psychiatric reform: valuing subjects and treatment in freedom

Reforma psiquiátrica antiasilo: valoración de los sujetos y el tratamiento en libertad

Haynara Rodrigues Soares¹, Ingryd Nayara Ramalho Diniz¹ & Larissa de Araújo Batista Suárez^{1,2}

¹Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

²Universidade Estadual Paraíba – UEPB

Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

Resumo: Os manicômios foram espaços destinados ao confinamento dos indivíduos com problemas em saúde mental. A partir dos anos 1970, o movimento de desinstitucionalização ganhou força e foi iniciada a luta antimanicomial. Esse estudo foi realizado mediante uma revisão bibliográfica da literatura, do tipo narrativa e com abordagem qualitativa. Foi possível verificar que reforma psiquiátrica antimanicomial foi um marco importante no tratamento de pessoas com transtorno mental, promovendo o respeito aos direitos humanos e o acolhimento integral a essas pessoas. Com isso, o modelo manicomial foi superado, dando lugar a uma atenção mais humanizada e centrada no respeito à singularidade de cada indivíduo. Portanto, a reforma psiquiátrica antimanicomial apresentou diversas contribuições para a promoção do bem-estar dos usuários de saúde mental, transformando o modelo de assistência em saúde mental.

Palavras-Chave: Psiquiatria. Saúde mental. Serviços de saúde mental.

Abstract: Asylums were spaces intended for the confinement of individuals with mental health problems. From the 1970s on, the deinstitutionalization movement gained strength and the anti-asylum struggle began. This study was carried out through a literature review, of the narrative type and with a qualitative approach. It was possible to verify that the anti-asylum psychiatric reform was an important milestone in the treatment of people with mental disorders, promoting respect for human rights and comprehensive care for these people. As a result, the asylum model was overcome, giving way to a more humanized care focused on respect for the uniqueness of each individual. Therefore, the anti-asylum psychiatric reform has made several contributions to the promotion of the well-being of mental health users, transforming the mental health care model.

Keywords: Psychiatry. Mental health. Mental health services.

Resumen: Los asilos eran espacios destinados al confinamiento de personas con problemas de salud mental. A partir de la década de 1970, el movimiento de desinstitucionalización cobró fuerza y comenzó la lucha contra el asilo. Este estudio se realizó a través de una revisión bibliográfica, de tipo narrativo y con un enfoque cualitativo. Se pudo constatar que la reforma psiquiátrica antiasilo fue un hito importante en el tratamiento de las personas con trastornos mentales, promoviendo el respeto a los derechos humanos y la atención integral a estas personas. Como resultado, se superó el modelo de asilo, dando paso a una atención más humanizada y centrada en el respeto a la singularidad de cada individuo. Por ello, la reforma psiquiátrica antiasilo ha hecho varios aportes a la promoción del bienestar de los usuarios de salud mental, transformando el modelo de atención a la salud mental.

Palabras clave: Psiquiatria. Salud mental. Servicios de salud mental.

INTRODUÇÃO

Os manicômios foram espaços destinados ao confinamento dos indivíduos com problemas



em saúde mental, sendo espaços de exclusão total, em que os pacientes eram submetidos a tratamentos desumanos, como a privação de liberdade, isolamento e contenção física (Chagas *et al.*, 2023).

No entanto, iniciaram lutas para o enfrentamento desses manicômios, principalmente porque a liberdade era algo retirado quando as pessoas eram admitidas nesses hospitais psiquiátricos. Alguns profissionais da área de saúde mental passaram a defender a ideia de que os problemas em saúde mental deveriam ser tratados com técnicas mais humanizadas, e não apenas com internação e uso de medicamentos (Oliveira; Szapiro, 2020).

A partir dos anos 1970, o movimento de desinstitucionalização ganhou força e foi iniciada a luta antimanicomial, com a Conferência Nacional de Saúde Mental (Chagas *et al.*, 2023). Com isso, surgiu o interesse de realizar uma pesquisa sobre a importância da reforma psiquiátrica antimanicomial. A problemática desse estudo foi: qual a importância da reforma psiquiátrica antimanicomial com foco na valorização dos sujeitos e tratamento em liberdade?

O objetivo desse estudo foi analisar, por meio da literatura, a importância da reforma psiquiátrica antimanicomial, com foco na valorização dos sujeitos e tratamento em liberdade

METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado mediante uma revisão bibliográfica da literatura, do tipo narrativa e com abordagem qualitativa. Foram utilizados o banco de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde: “Psiquiatria” AND “Saúde mental” AND “Serviços de saúde mental”. Foram utilizados os critérios de inclusão: artigos, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, que abordassem a temática e publicados entre 2018 e 2023. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: estudos duplicados ou que não respondessem ao objetivo da pesquisa. Os dados foram analisados de acordo com a análise de Bardin (2011).



DESENVOLVIMENTO

Foi possível verificar que reforma psiquiátrica antimanicomial foi um marco importante no tratamento de pessoas com transtorno mental, promovendo o respeito aos direitos humanos e o acolhimento integral a essas pessoas. Com isso, o modelo manicomial foi superado, dando lugar a uma atenção mais humanizada e centrada no respeito à singularidade de cada indivíduo (Pessoa; Gondim, 2023).

Dessa forma, a valorização dos serviços comunitários e a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram fundamentais para a inclusão social das pessoas com problemas em saúde mental, proporcionando o trabalho em equipe multiprofissional e a integração (Paladino; Amarante, 2022).

Assim, a reforma psiquiátrica também trouxe como princípio a promoção da autonomia e da participação ativa dos usuários nos processos de tratamento, buscando a redução do estigma e da discriminação em relação às pessoas com transtorno mental (Chagas et al., 2023). Por meio da produção de políticas públicas e programas de saúde mental, a reforma psiquiátrica avançou no acesso e na qualidade dos serviços, garantindo tratamentos mais

humanizados (Araujo; Torrente, 2023).

Com a reforma psiquiátrica, houve uma maior valorização do sujeito, e o tratamento tradicional por meio de internação manicomiais foi substituído por abordagens mais humanizadas e integrativas, que buscam respeitar a singularidade de cada pessoa e promover sua autonomia e inclusão social (Pessoa; Gondim, 2023).

Essa mudança de paradigma trouxe importantes benefícios para a saúde mental da população, pois permitiu uma maior participação e protagonismo dos indivíduos em sua própria recuperação, além de promover uma visão mais ampla do ser humano, considerando aspectos sociais, culturais e subjetivos em seu processo de cuidado (Paladino; Amarante, 2022).

Foi possível fortalecer a luta pela defesa dos direitos e pela inclusão social das pessoas com problemas em saúde mental. Ademais, a reforma psiquiátrica possibilitou o tratamento com liberdade, que é considerado um marco na história da saúde mental no Brasil. Antes da reforma, as pessoas com transtornos mentais eram excluídas da sociedade, depois, houve uma valorização com respeito aos direitos e promoção do protagonismo no processo de tratamento.



Entretanto, apesar dos avanços conquistados pela reforma psiquiátrica, ainda há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de ampliação e fortalecimento da rede (Lira; Oliveira, 2023).

A humanização em saúde é fundamental no cuidado em saúde mental, pois promove uma maior proximidade entre profissionais de saúde e pacientes, permitindo uma relação mais empática e acolhedora (Araujo; Torrente, 2023).

Em saúde mental, pode proporcionar uma abordagem mais integral e individualizada, respeitando as particularidades e necessidades de cada pessoa. Além disso, ajuda a combater o estigma e o preconceito que ainda existem em relação aos problemas em saúde mental, promovendo uma sociedade mais inclusiva (Chagas et al., 2023).

A humanização também possibilita uma maior autonomia e protagonismo dos pacientes, incentivando a participação ativa no próprio tratamento e na tomada de decisões sobre sua saúde. Isso contribui para uma maior adesão aos tratamentos e melhora nos resultados terapêuticos (Pessoa; Gondim, 2023).

Outro aspecto importante é a valorização das relações interpessoais e do suporte social no processo de recuperação. A presença e o apoio de familiares e amigos são fundamentais para o bem-estar emocional e a qualidade de vida do paciente (Lira; Oliveira, 2023).

Com isso, a reforma psiquiátrica foi importante para trocar o foco de tratamento para o sujeito, respeitando suas necessidades e singularidades, promovendo a valorização da autonomia do indivíduo e de sua inserção na sociedade. Assim, foi possível construir um modelo de saúde mental baseado na humanização e na desinstitucionalização, buscando a integralidade do cuidado e a promoção da cidadania (Oliveira; Szapiro, 2020).

Essas mudanças trouxeram avanços significativos para o tratamento da saúde mental no Brasil. A luta antimanicomial foi importante na luta pelos direitos dos pacientes, na tentativa de não apenas garantir melhores condições de vida, mas também na promoção de práticas mais humanizadas e respeitadas com as pessoas (Paladino; Amarante, 2022).

A reforma psiquiátrica é resultado de muitos esforços, por parte de profissionais de saúde mental, usuários e familiares, movimentos sociais e organizações, propondo uma mudança radical no modelo de atenção à saúde mental. O novo modelo é baseado na atenção comunitária, onde o tratamento é oferecido em serviços de saúde mais próximos do cotidiano das pessoas, considerando a relação social e familiar, as condições de vida e o contexto social de cada indivíduo (Chagas et al., 2023).



Entre os principais avanços alcançados pela reforma psiquiátrica, destacam-se a criação de serviços de saúde mental comunitários, que oferecem atendimento multidisciplinar e tratamento mais humanizado e integral, a implantação do programa de saúde mental na atenção básica, que visa à prevenção e promoção da saúde mental, e a inserção do usuário no processo de tratamento e decisões sobre o próprio cuidado (Oliveira; Szapiro, 2020).

Além disso, a reforma também buscou garantir os direitos humanos das pessoas com problemas em saúde mental, combatendo a ideia de incapacidade e inferioridade dessas pessoas, e promovendo sua participação ativa e inclusão social (Paladino; Amarante, 2022).

Apesar dos avanços, a reforma psiquiátrica ainda enfrenta diversos desafios, como a resistência de alguns profissionais de saúde e gestores públicos em adotar o modelo comunitário, a falta de investimentos adequados nesse tipo de serviço, a precarização do trabalho dos profissionais de saúde mental e a estigmatização da pessoa com problema em saúde mental na sociedade (Pessoa; Gondim, 2023).

Portanto, é fundamental um trabalho constante e contínuo de sensibilização, educação e conscientização de toda a sociedade sobre a importância de se promover uma atenção à saúde mental baseada nos princípios da cidadania, dignidade e respeito aos direitos humanos. É essencial, ainda, a ampliação de políticas públicas e o fortalecimento de ações que garantam a efetiva implementação da reforma, possibilitando uma sociedade mais justa e inclusiva para todos (Lira; Oliveira, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a reforma psiquiátrica antimanicomial apresentou diversas contribuições para a promoção do bem-estar dos usuários de saúde mental, transformando o modelo de assistência em saúde mental e possibilitando a construção de uma sociedade mais inclusiva, com atendimento com foco na liberdade e valorização do sujeito. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de ampliação e qualificação dos serviços de saúde mental, a garantia de acesso a tratamentos adequados e humanizados, e a luta contra o preconceito e a estigmatização das pessoas com problemas em saúde mental. É fundamental que as políticas públicas de saúde mental sejam fortalecidas e que a sociedade em geral se engaje na construção de uma cultura de acolhimento e humanização. É fundamental o desenvolvimento de novos estudos sobre essa temática.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M.; TORRENTE, M.O.N. Saúde Mental no Brasil: desafios para a construção de políticas de atenção e de monitoramento de seus determinantes. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 1-10, 2023.

CHAGAS, G. D. *et al.* A reforma psiquiátrica brasileira no contexto sociocultural. **Revista Ilustração**, v. 4, n. 1, p. 1-8, 2023.

LIRA, G.F.C.; OLIVEIRA, A. Desafios na sustentação dos princípios da luta antimanicomial. **Artigos Temáticos**, v. 15, n. 3, p. 1-10, 2023.

OLIVEIRA, E.; SZAPIRO, A. Porque a Reforma Psiquiátrica é possível. **Saúde debate**, v.44, n. 3, p. 1-10, 2020.

PALADINO, L.; AMARANTE, P. D. C. A dimensão espacial e o lugar social da loucura: por uma cidade aberta. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2022.

PESSOA, N.T.; GONDIM, A. P. S. Saúde mental infantojuvenil: análise do discurso das conferências de saúde e saúde mental do município de Fortaleza-ce. **Unipar**, v. 7, n. 3, p. 1-10, 2023.